



## **PROCESSO SELETIVO EDITAL 01/2014 PARA INGRESSO 2015**

### **PROVA DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO**

**Observação: A chave de respostas das questões tem por objetivo tornar público o que a Banca Examinadora tomou como parâmetro do que deveria constar nas respostas dadas pelos candidatos. Este parâmetro tomou por critério o eixo central das contribuições dos autores da bibliografia contida no Edital PGCS 01/2014.**

#### **Prova de Conhecimento Específico**

#### **Chave de resposta**

#### **QUESTÃO OBRIGATÓRIA<sup>1</sup>**

Refleta sobre a questão da objetividade e da subjetividade, dentro das Ciências Sociais, a partir de Max Weber, Clifford Geertz e Pierre Bourdieu (conforme textos do eixo 1, indicados na bibliografia do Edital 01/2014, PGCS). Enfoque os direcionamentos propositivos dos três autores, a saber: - os tipos ideais, em Max Weber; - a descrição densa, cujo resultado é a produção de texto etnográfico, em Clifford Geertz; - e a objetivação participante, em Pierre Bourdieu.

Resposta:

---

<sup>1</sup> A chave de resposta da obrigatória visou ser um pouco mais ampla, por se entender que os enfoques das respostas poderiam ter uma maior variedade, para dois de seus autores e dado o maior número de respostas previsto para ela.

Os três autores tratam do assunto de formas distintas, mas convergem com a preocupação com a garantia da neutralidade, partindo do princípio de que o pesquisador faz parte do mesmo universo social dos sujeitos ou fenômenos que são por eles estudados. As propostas e considerações específicas possuem particularidades, todavia, conforme antevisto no corpo da própria pergunta acima.

Max Weber, por exemplo, distingue juízos de fato de juízos de valor, fazendo uma correspondência com a realidade empírica (o que é), no primeiro caso, e juízos de valor (o que deve ser), no segundo caso. Assim, ele reconhece que as ciências sociais são ciências empíricas, onde as determinações das causas dos fenômenos estudados não se dão via o estabelecimento de "universais totais", como o modelo de estabelecimento de leis regulares das ciências da natureza, mas são entendidas mais como probabilidades, ou seja, possibilidades. Isso se dá em função da imprevisibilidade existente no/s objeto/s das ciências sociais, bem como da multicausalidade social, e do já apontado em relação ao fato do próprio pesquisador/a estar imerso/a em uma cultura específica e sujeitar-se às instituições sociais e aos valores existentes em um dado momento histórico, de modo consciente ou inconsciente - observações que valem tanto para os agentes considerados em uma análise quanto para os próprios pesquisadores, os últimos considerados tanto do ponto de vista individual quanto do ponto de vista coletivo. Logo, as observações de Weber valem para os parâmetros heurísticos existentes em um determinado momento e em uma determinada disciplina (isso aparece quando Weber problematiza, por exemplo, a Economia Política).

Os tipos ideais funcionam assim como um esforço no estabelecimento dessa "possibilidade objetiva"; todavia mesmo neles permanece alguma parcialidade ou pressupostos. Os tipos ideais não são o objetivo final do conhecimento, mas sim uma forma de se tentar atingi-lo. Segue trecho sobre a noção de tipo ideal:

"...o conceito do tipo ideal propõe-se a formar o juízo de atribuição. Não é uma "hipótese", mas pretende apontar o caminho para a formação de hipóteses. Embora não constitua uma exposição da realidade, pretende conferir a ela meios expressivos unívocos..." (p. 127, da edição utilizada<sup>2</sup>).

Igualmente não se trata de uma média dos fenômenos heterogêneos agregados sob um tipo ideal; antes destacam um ou mais ponto/s de vista, agregador/es de "fenômenos isoladamente dados" (p. 137), configurando uma utopia, no sentido weberiano, por não se constituir enquanto uma (ou mais) realidade/s (p. 138). Ainda o autor destaca que os tipos ideais são conceitos que estabelecem configurações, pela construção de relações. O que tipos ideais não são e/ou não fazem também é destacado pelo autor: 1) não são a mesma coisa que os ideais que orientam os homens de uma época; 2) não estabelecem necessariamente igualdade entre os fenômenos que relaciona; 3) não são simples conceitos genéricos (embora, em alguns casos, possa haver coincidência entre eles).

Importante lembrar que, para Weber, os tipos ideais, no curso do desenvolvimento de uma ciência, podem ser substituídos ao longo do tempo - observação que ressalta seu papel como meio e não resultado final das ciências sociais, bem como a forte relação entre empiria e teoria no modelo weberiano.

Clifford Geertz, em "Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura", explicita neste texto sua continuidade em relação à obra de Max Weber<sup>3</sup>, através de um conceito semiótico de cultura, sendo a cultura entendida também como algo público e um contexto mais amplo, inacessível em sua completude. Em uma frase clássica, Geertz afirma, em seu conceito de cultura, que, para ele, como para Max Weber, " o homem é um animal

---

<sup>2</sup> Edição utilizada para os fins dessa chave de resposta, explicitada com o objetivo de permitir o acesso à paginação referenciada no corpo do texto: WEBER, Marx. "A "objetividade" do conhecimento na ciência social e na ciência política - 1904". In: Max Weber: a metodologia das ciências Sociais, parte 1". Editora da Unicamp/Cortez Editora, p. 107-154.

<sup>3</sup> Edição utilizada para os fins dessa chave de resposta, explicitada com o objetivo de permitir o acesso à paginação referenciada no corpo do texto: GEERTZ, Clifford. "A interpretação das culturas". RJ: LTC, 1989; p. 3-21.

amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu" (p. 4). Destarte a cultura seriam essas teias e a sua análise (p. 4), e o pesquisador/autor também nelas se insere, embora vise buscar uma ampliação do discurso e do diálogo entre diferentes universos de sentido, apesar disso ocorrer com limitações. No que diz respeito à Antropologia (disciplina na qual Geertz está inserido), a seus praticantes caberia a confecção de textos etnográficos, que exigem a imersão via pesquisa de campo e o intenso diálogo com o empírico. A etnografia é definida por ele como "descrição densa" elaborada a partir dessa experiência, ou melhor, da interpretação ou inscrição textual elaborada a partir da mesma, na qual se estabelece uma "hierarquia estratificada de estruturas significantes" (p. 5). Geertz propõe que a mesma seja feita tomando-se como base também a ação social e o comportamento, e não apenas o significado por ele mesmo, na busca apenas de uma coerência interna à descrição cultural.

A etnografia, nos moldes propostos por Geertz, é, assim, interpretativa, microscópica, e visa captar o fluxo social e captar o que foi "dito". Embora seu caráter microscópico não seja uma exigência, pois o próprio autor pode tecer interpretações de maior amplitude, mesmo a partir de assuntos ou eventos "pequenos".

Do ponto de vista de critérios de objetividade e neutralidade, os textos etnográficos teriam sempre um caráter instável, sempre passível de contestação, com o reconhecimento de que seriam uma ficção, entendida aqui como um modo de conhecer, e não como uma reprodução do "real" - o que seria uma impossibilidade, como o apontado em Weber, fortemente, e em Bourdieu. Nesse sentido, há uma tentativa de Geertz de se situar em uma posição de meio termo entre o empirismo e o subjetivismo. Em suas palavras: "... minha própria posição tem sido tentar resistir ao subjetivismo, de um lado, e ao cabalismo de outro, tentar manter a análise das formas simbólicas tão estreitamente ligadas quanto possível aos acontecimentos sociais e ocasiões concretas, o mundo público da vida comum, e organizá-la de tal forma que as conexões entre as formulações teóricas e as interpretações descritivas não sejam obscurecidas por apelos às ciências negras (mágicas). Nunca me impressionei com o argumento de que, como é impossível uma objetividade

completa nesses assuntos ( o que de fato ocorre), é melhor permitir que os sentimentos levem a melhor..." (p. 21).

Na defesa de suas ideias, Geertz dá vários exemplos empíricos de como efetuar descrições densas; as mesmas demonstram a riqueza de sua proposta teórico metodológica.

Pierre Bourdieu aponta que a pesquisa em Sociologia também está imersa em um contexto cultural, político, institucional e acadêmico específicos. Reflete sobre isso preocupando-se com a construção do objeto de pesquisa e com a relação entre teoria e empiria, enfocando com especial atenção a questão metodológica, dentre outros aspectos destacados no seu texto. No que diz respeito à questão da dicotomia subjetividade e objetividade, ele dá várias formas de se tentar evitar que essa imersão do pesquisador influencie na pesquisa, propondo alternativas que visem uma posição intermediária entre a empiria e a teoria, entre a subjetividade e o realismo, tais como: - não se confundir rigor metodológico com rigidez metodológica; - utilizar-se da noção de campo e que esta seja entendida de modo relacional, sendo que, para dessubstanciar o mesmo, ele se utiliza da expressão campo de poder; - considerar que o pré-construído está em toda parte, inclusive na ciência. Tudo isso de um modo ou de outro deve estar inserido no que ele chama de pedagogia da pesquisa.

Quanto ao que ele denomina de objetivação participante, devota-se particularmente ao Homo academicus. Capta, dessa forma, a dinâmica do próprio campo universitário, como: 1) seus interesses e as posições particulares internas a ele, ocupadas pelos pesquisadores; 2) bem como as dimensões mais ligadas às categorias de entendimento ali utilizadas para perceber esse mesmo mundo universitário e/ou o mundo social. Assim, a própria pesquisa, situada em um contexto, é problematizada, do ponto de vista da objetividade, via Pierre Bourdieu, de um modo mais explícito e crítico comparativamente a Geertz, que acredita mais no papel do antropólogo enquanto autor, e em continuidade com reflexões trazidas por Weber, que ocupa-se do desenvolvimento das ciências. No entanto, Bourdieu pontua que o

sociólogo deve procurar "abrir mão de participar do jogo", após conseguir ter elaborado essa espécie de autoconhecimento dentro do campo universitário e da doxa acadêmica, ou seja, através dessa Sociologia da Sociologia defendida por ele.

## **Questão proposta – Eixo 2**

“A política de confronto é produzida quando as oportunidades políticas se ampliam, quando demonstram potencial para alianças e quando revelam a vulnerabilidade dos oponentes. O confronto se cristaliza em movimento social quando ele toca em redes sociais e estruturas conectivas embutidas e produz quadros interpretativos de ação coletiva e identidades de apoio capazes de sustentar o confronto com oponentes poderosos.” (TARROW, 2009, p. 43)

Considerando o excerto acima, explique a relação entre conflito e movimentos sociais na obra de Sidney Tarrow (2009), comparativamente ao clássico de Karl Marx (2011), no qual se abordam teses fundamentais do materialismo histórico (utilize textos do eixo 2, indicados na bibliografia do Edital 01/2014, PGCS).

## **Chave de resposta**

A relação entre conflito e movimento social constitui um eixo que articula o arcabouço teórico de Sidney Tarrow e Karl Marx, no bojo de uma perspectiva macro social. A partir de uma abordagem política da ação coletiva, **Tarrow** busca construir uma teoria dos movimentos sociais com base em suas condições de emergência e consolidação, no conjunto de elementos necessários à mobilização coletiva e na relação entre oportunidades/restrições políticas e a formação do movimento social. **Marx** demonstra a forma e os mecanismos como se manifestaram os conflitos na França, em meados do século XIX, a partir das teses fundamentais do materialismo histórico.

A concepção de conflito ou confronto político de **Tarrow** se inscreve na “teoria do processo político”, a qual substitui a centralidade dada à mobilização de recursos econômicos e organizacionais da “teoria da mobilização de recursos”

pela dimensão política e cultural do movimento social. Neste caso, a ênfase recai sobre o papel do contexto político-institucional na emergência da ação coletiva. Essa abordagem dos movimentos sociais prioriza a estrutura de incentivos e/ou constrangimentos políticos a partir da qual os atores são encorajados ou desencorajados a se engajar no confronto político. Conforme sustenta o autor, a “estrutura de oportunidades políticas” oferece as condições para o surgimento do movimento social, a qual se soma uma “estrutura de mobilização” formada por organizações formais, redes sociais e quadros de interpretação simbólica.

Os movimentos sociais constituem lutas políticas com base em símbolos culturais e densas redes sociais e estruturas conectivas, desencadeados no contexto de mudanças nas oportunidades e restrições políticas, cujos episódios de confronto resultam em interações sustentadas com opositores poderosos. As mudanças nas estruturas do Estado, como as formas de acesso às instituições e a capacidade de repressão, criam oportunidades relativamente estáveis para a emergência dos movimentos sociais. Desse modo, a política de confronto dos movimentos sociais é produzida quando as oportunidades políticas se ampliam, quando demonstram potencial para alianças e quando revelam a vulnerabilidade dos oponentes. No entanto, argumenta o autor que a formação do movimento também depende das formas de agir coletivamente e das estruturas de mobilização.

Desse modo, o confronto se cristaliza em movimento social quando abarcam redes de interação, símbolos culturalmente vibrantes e orientados para a ação coletiva e identidades compartilhadas. Eles agem através de repertórios de ação coletiva conhecidos, expandindo-os ao criar inovações marginais. Estes elementos conectados deflagram os processos dinâmicos que tornaram os movimentos sociais historicamente centrais na mudança política e social. Tarrow, assim, situa os movimentos sociais e sua dinâmica particular, histórica e analiticamente, no universo do confronto.

**Karl Marx** no texto *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* aborda teses fundamentais do materialismo histórico, como a teoria da luta de classes e a da revolução proletária, a doutrina do Estado e da ditadura do proletariado. Nesta obra o autor se propõe a entender o Estado francês de meados do século XIX,

a partir da análise histórico-sociológica daquele contexto histórico. Sua perspectiva tem como eixo o materialismo dialético, em que as relações materiais de produção têm um lugar central em todas as suas análises, sejam elas de cunho estrutural ou conjuntural. A partir desse ângulo reflete sobre o que motiva os indivíduos a se engajarem em ações coletivas (= luta de classes). Considerando que há um conflito irreconciliável entre as classes dominantes e as classes subalternas (trabalhadores, camponeses), por meio de uma análise historicamente determinada argumenta que as classes sociais entram em lutas (conflitos) no momento em que se expressa uma contradição totalmente desenvolvida com seus antagonistas.

Desse modo, no texto o 18 Brumário, Marx coloca no centro da discussão o conflito de classes por meio da descrição de como a burguesia exerce poder sobre o proletariado e o campesinato. Sua análise prioriza as lutas pelo poder político e econômico em que estiveram envolvidas: a nascente burguesia francesa e as diversas classes socioeconômicas existentes naquele momento histórico. Esta luta política culminou no inesperado Golpe de Estado que colocou Luis Bonaparte à frente do governo francês, descrito por Marx como condicionado pelo desenvolvimento das forças e relações de produção durante a monarquia burguesa.

### **Questão proposta – Eixo 3**

As transformações contemporâneas no capitalismo provocaram a emergência de diferentes abordagens a partir de novos problemas. À luz da bibliografia indicada no eixo três discuta:

- A) A relação entre subjetividade, cidadania e mobilizações sociais
- B) Dinâmica cultural, globalização/ transnacionalização

### **Chave de resposta**

- 1- Eixo central das contribuições dos autores (Shalins, Santos) no debate sobre neoliberalismo
- 2- Déficit de cidadania e bloqueio das alternativas de emancipação
- 3- Teoria da democracia
- 4- Pensamento utópico
- 5- Nova abordagem de mobilização dos movimentos sociais



- 6- Local, global e sujeito
- 7- Crítica à aniquilação da diversidade cultural, ou ao discurso essencialista
- 8- Ressignificação da cultura homogênea
- 9- Protagonismo cultural (translocal)

**A dinâmica cultural de ação social** implica em processos de transformação e produção de novas configurações políticas. Considerando estes aspectos Santos e Sahlins buscam desnaturalizar os discursos dominantes sobre a globalização e a transformação, a partir de seus pressupostos e alertando para os **efeitos** perversos do neoliberalismo, ou seja, a primazia do econômico sobre o social, a desarticulação dos movimentos trabalhistas, a visão determinista e homogeneizante do sistema capitalista, entre outros, conformando uma visão única (homogênea) para o devir histórico das sociedades.

**Boaventura de Souza Santos (2001)**, discute a respeito do excesso de regulação, chamando atenção para o déficit de cidadania e para o bloqueio modernista das alternativas de emancipação. Neste sentido, destaca a importância das relações entre subjetividade e cidadania e os desequilíbrios existentes entre uma forte ênfase na primeira (subjetividade) e as distorções imbuídas na segunda noção (cidadania), travando as mobilizações sociais em função das repercussões da primazia dos anseios individuais, da inserção no mercado e das limitadas possibilidades de exercício da cidadania. O autor apela para a formulação de uma nova teoria da democracia e para mobilização dos movimentos sociais, recuperando o pensamento utópico, como tradição suprimida pela modernidade.

Por sua vez **Sahlins (1997)**, ao questionar a hegemonia da visão pessimista sobre a aniquilação da diversidade cultural, em vias de extinção, pelo poder de assimilação do capitalismo, desvenda os pressupostos desta perspectiva determinista que subestima/negligencia a intervenção de povos e comunidades locais nas relações de contato com a cultura global. Agenciando a apropriação/ressignificação da cultura hegemônica, em seus próprios termos, os povos e comunidades locais protagonizam seu fortalecimento como sociedades distintas. Isso ocorre tanto ao nível local quanto em situações de

diáspora nas quais os grupos mantêm o pertencimento aos lugares de origem, constituído por sociedades “translocais”. Assim, por meio de exemplos diversificados o autor denomina de “indigenização da modernidade”, os processos inversos ao discurso essencialista dominante, apresentando uma perspectiva inovadora que relaciona dinâmica cultural, globalização/transnacionalização no contexto das transformações contemporâneas do capitalismo.